

SAÚDE DO TRABALHADOR: CONDUTA DAS EMPRESAS FRENTE À ACEITAÇÃO DOS ATESTADOS ODONTOLÓGICOS.

Lidia Regina da Costa Hidalgo, Artênio José Isper Garbin, Cléa Adas Saliba Garbin, Ronald Jefferson Martins, Daniela Coelho de Lima - Odontologia - Dep. de Odontologia Infantil e Social - FOA-UNESP- Campos de Araçatuba.

No Brasil, a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 diz em suas disposições gerais que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, assegurando acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação. A saúde tem como fator determinante a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais, garantindo às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.¹

Após a promulgação da constituição federal em 1988 e conseqüente criação do Sistema Único de Saúde (SUS) houve a criação de um capítulo específico com diretrizes voltadas ao atendimento e a saúde do trabalhador brasileiro.

O direito à saúde do trabalhador passou a determinar condições essenciais que deveriam ser observadas pelo empregador aplicando sanções e realizando fiscalização sobre as regras determinadas.

Dentro do aspecto conceitual da saúde, tendo em vista mais especificamente a saúde bucal do trabalhador, é parte da atenção à saúde do trabalhador que trata de promover, preservar e recuperar a saúde bucal do trabalhador.

A Odontologia, pela sua característica ainda de atividade liberal, tem se pautado, quase que exclusivamente, na prática privada de seus serviços. O alto custo destes serviços os torna praticamente inacessíveis a grande maioria da população trabalhadora, obrigada a conviver com as demais mazelas sociais que aumentam sua privação e exclusão social.²

Como agravante a este quadro de exclusão dos trabalhadores, o acesso às unidades de saúde tradicionais é prejudicado pela longa jornada de trabalho dos mesmos, visto que esta prática excludente oferece somente assistência em termos de atendimento a urgências e emergências, práticas pouco resolutivas e de baixo impacto em termos de saúde e qualidade de vida.^{3,4}

No exercício profissional o cirurgião-dentista tem grande responsabilidade pois, lida com a saúde do indivíduo, e é exatamente em função dessas responsabilidades que existem Normas Éticas e Legais que norteiam o cirurgião-dentista na sua atividade, e dentre elas, está a elaboração de atestados.^{5,6}

A Lei nº 5.081 estabelece em seu artigo 6º, III, que é de competência do cirurgião-dentista “atestar no setor de sua atividade profissional, estado mórbido e outros”. Posteriormente, novamente redigida pela Lei nº 6.245 de 1975 ficou estabelecido que o Cirurgião-dentista é dado o direito de “atestar no setor de sua atividade profissional, estado mórbido e outros, inclusive para justificação de falta no emprego”.⁷⁻⁹

O cirurgião-dentista, na elaboração de um atestado deverá tomar precauções, principalmente no que diz respeito ao segredo profissional. A citação do diagnóstico ou de procedimentos realizados durante o ato da consulta consiste na infração do art. 9º, I, do Código de Ética Odontológico, “revelar, sem justa causa, fato sigiloso de que tenha conhecimento em razão do exercício profissional”.¹⁰

Assim sendo, a Classificação Internacional de Doenças (CID) surgiu como uma forma de se manter em sigilo profissional as enfermidades do paciente. Além do mais, conforme especificado em acórdão do TST (Tribunal Superior do Trabalho) e dissídio de determinadas categorias, a validação dos atestados somente será efetuada na presença da mesma.^{9,11}

É importante ressaltar que além de ser obrigatório o aceite do atestado odontológico pela empresa, esta se beneficia com inclusão do cirurgião-dentista na equipe de saúde da indústria visto que, os índices de absenteísmo serão diminuídos, a imagem da empresa

no mercado de trabalho será melhor, haverá maior produtividade individual e diminuição das possibilidades de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais com manifestações bucais.¹²

Guilherme e Silva¹³ avaliaram que muitas empresas aceitam somente atestado médico, negando-se a aceitar o atestado odontológico. Tal afirmação confirma que o médico do trabalho passa a ser juiz e fiscal de atestados emitidos por médicos e cirurgiões-dentistas devidamente habilitado para o exercício profissional.

Partindo do pressuposto que, as doenças bucais não se desvinculam das condições gerais de saúde do corpo, essas não podem ser deixadas de lado quando se discutem as incapacidades que atingem os trabalhadores.¹⁴

Desta forma, cabe a Odontologia juntamente com a Medicina assumir e contribuir com a responsabilização social relacionada à saúde dos trabalhadores, bem como o aumento da estabilidade do setor industrial e de serviços, da produtividade e segurança.¹²

O presente trabalho teve como objetivo verificar, a validação (aceitação) dos atestados odontológicos pelas indústrias associadas ao FIESP/CIESP (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) da região Noroeste do Estado de São Paulo.

O estudo realizado foi do tipo descritivo e de caráter transversal¹⁵.

Foi realizado um contato prévio com o gerente regional da FIESP/CIESP (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) da região noroeste do Estado de São Paulo, a fim de que este informasse as indústrias a respeito da pesquisa realizada.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário semi-estruturado, auto-administrado, composto por questões abertas e fechadas, a fim de que os resultados tenham maior abrangência, referente à validação dos atestados odontológicos, junto às indústrias da região Noroeste do Estado de São Paulo.

As variáveis analisadas do questionário são: atividades realizadas pela indústria, porte industrial (pequeno, médio e grande), verificação do aceite de atestado médico e odontológico.

Foram enviados envelopes com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a fim de explicitar a razão da pesquisa e a forma de divulgação dos dados, um questionário e um envelope selado para o retorno da correspondência.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Odontologia de Araçatuba, através do processo FOA 2024/2003.

Após a coleta dos dados foi realizado a tabulação através do programa Epi Info 6.04 e apresentados em frequências absolutas e percentuais.

Todas afirmaram aceitar o atestado médico e 95% o odontológico. Dentre as que validavam o atestado odontológico 60,53% aceitavam independente do procedimento realizado, 28,95% somente em procedimentos cirúrgicos e os demais em outros casos. Para a validação dos atestados 77,5% das indústrias exigiam a assinatura do profissional, carimbo e CID, 20% assinatura do profissional e carimbo e 2,5% assinatura do profissional, carimbo, CID e selo.

Conclui-se que a maioria das indústrias pesquisadas afirma aceitar atestado médico e odontológico. Entretanto, há um grande número de indústrias que colocam obstáculos na validação dos mesmos, como a exigência da presença da Classificação Internacional de Doenças (CID) e que o paciente tenha passado por cirurgias e extrações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. PROJETOS DE LEI ACOMPANHADOS PELO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO). Conse Fed Odontol, v.11, n.53, p.6, 2003.
02. PIZZATTO, E. **A saúde bucal no contexto da saúde do trabalhador**: Análise dos modelos de atenção. 2002. 110f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Odontologia de Araçatuba, Universidade Estadual Paulista, Araçatuba, 2002.
03. OLIVEIRA, A.G.R.C.; ARCIERI, R.M.; UNFER, B.; COSTA, I.C.C. MORAES, E.; SALIBA, N.A. **Modelos de assistência em saúde bucal do Brasil**: tendências e perspectivas. Ação coletiva, v.2, n.1, p.9-14, 1999.
04. PINTO, V.G. **Saúde Bucal Coletiva**. São Paulo: Santos, 2000. 541p.

05. SILVA, M. **Compêndio de odontologia Legal**. São Paulo: MEDSI, 1997. cap.20, p. 340-44.
06. MENEZES. A. C. V.; OLIVEIRA, H. C. M. **Considerações éticas e legais dos atestados odontológicos**. Rev Odontol. Anápolis, v.5, n.2, jul/dez. 2003.
07. HEBLING, E.; DARUGE, E.; DARUGE JUNIOR, E. **Atestados odontológicos: aspectos éticos e legais**. JBC. J. Brás. Odontol. Clín., v.2, n.10, p. 51 –55, jun/ago. 1998.
08. SILVA, M. **Atestado odontológico sob o ponto de vista jurídico**, Rev. Odontol. Metod. v.2, p. 45-49, 1981.
09. SALIBA-GARBIN, C.A. et al. **O cirurgião-dentista e a emissão de atestados odontológicos**. Odontologia e Sociedade. v.2, n. ½, p. 89 –92, 2000.
10. BRASIL. Conselho Federal de Odontologia. Resolução CFO 179/91 de 19/12/1991. **Código de Ética Odontológico**. Rio de janeiro: CFO, 1992.
11. MARTINS, R. J. **Absenteísmo odontológico e médico no serviço público e privado**. 2002. 119f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Odontologia de Araçatuba, Universidade Estadual Paulista, Araçatuba, 2002.
12. PERES,A.S.; OLYMPIO, K.K.; DA CUNHA, L.S.C.; BARDAL, P.A.P. **Odontologia do trabalho e Sistema Único de Saúde: uma reflexão**. Rev. ABENO. v.4, n.1, p.38-41, 2004.
13. GUILHERME, S. D.; SILVA, G. D. **A preferência dos atestados em medicina do trabalho**. Rev Brás. Saúde Ocup. v.2, n.41, p.59-63, 1983
14. DIESAT Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos ambientes de Trabalho. **Pelo direito de mastigar**. Rev Trabalho e Saúde, v.4, n.1, p.11, 1984.
15. ALMEIDA, F.N. ROUQUARYOL, M.Z. **Fundamentos metodológicos da Epidemiologia**. In: Rouquaryol,M.Z(eds). Epidemiologia & Saúde, 4 th edn.Rio de Janeiro: Medsi, p.157-183,1994.

BOLSA: Fapesp - N° 05/59614-1